

PODER E MÍDIA NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DO ESCÂNDALO POLÍTICO DO “MENSALÃO”¹

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto (UECE)
Ruberval Ferreira (UECE)
mariaeduardagp@gmail.com

Introdução

Em maio de 2005, a imprensa brasileira publicou um vídeo em que o ex-chefe de departamento dos Correios (DECAM/ECT), Maurício Marinho, é flagrado recebendo propina de empresários em nome do ex-presidente do partido PTB, Roberto Jefferson. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Jefferson revela um esquema bem sofisticado de compra de votos e de apoio parlamentar à base aliada do partido PT, mediante pagamento ilícito e sob o referendo do então ministro da Casa Civil, José Dirceu. O caso, que envolveu ministros, publicitários e empresas públicas, imediatamente popularizou-se com a expressão “mensalão”. Em 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a denúncia do Ministério Público contra quarenta pessoas inicialmente acusadas de participarem do esquema de corrupção, cuja conclusão está prevista para 2012. A soma desses episódios passou a constituir um conjunto de sentidos que, em alguns anos, definiria, não sem perigos, os limites da democracia no Brasil.

Enquanto evento social, relacionado às esferas política, econômica e cultural, o escândalo político envolve necessariamente uma reflexão sobre alguns elementos fundamentais que o compõem. Três deles são os conceitos de transgressão, de “mediação” e de linguagem. Se considerados em termos das relações frágeis e complexas entre poder e mídia, estes conceitos permitem-nos uma leitura do escândalo político como uma luta social pública que envolve interesses e conflitos diversos e, nessa perspectiva, como um acontecimento de violência.

R. Hoddger-Williams e J. Ceaser (1986) argumentam que o escândalo político consiste numa transgressão a algo previsto e protegido por um Estado de direito ou por um sistema de valores e crenças. Assim, trata-se de um acontecimento de violência, porque se define como uma violação a um direito, norma ou valor. Mas a relação entre escândalo e violência não deve ser avaliada unicamente nessa perspectiva. Por se configurar, conforme enfatiza J. B. Thompson (2002), como um evento que, em parte, é construído pelos meios de comunicação que o noticiam, precisamos pensar a violência também em relação à forma particular como ele é significado nos discursos que o constituem.

Temos observado, durante o Governo Lula (2003-2010), nos sucessivos escândalos denunciados pela imprensa, um importante aspecto do antigo e complexo movimento de simbiose entre os domínios da política e dos *media*: a forma como a linguagem vem sendo empreendida como um gesto de (re)fundação de um direito de sentido. De acordo com o linguista Ferreira (2007), trata-se de um direito que é instituído sob a forma de linguagem e que vem tornar necessária e legítima certa forma de violência produzida nos discursos oficiais e jornalísticos.

¹Este artigo é resultado de discussões desenvolvidas dentro do Projeto de Pesquisa *Mídia, política e tensões sociais: a construção discursivo-midiática de fatos políticos*, do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob orientação do Prof. Dr. Ruberval Ferreira.

O que estamos entendendo por violência é, pois, a disputa que se trava no espaço público entre diferentes setores da sociedade, que se aliam e se confrontam de acordo com os objetivos em jogo, de forma que os mesmos ideais de liberdade, de justiça e de democracia, reivindicados nas variadas apropriações discursivas de um escândalo, funcionam também como pretextos para projetos expansionistas e de interesses particulares das instituições e dos sujeitos sociais envolvidos no evento.

Nesse sentido, a linguagem, juntamente com o que apresentamos como mediação e transgressão, é um dos elementos principais para a compreensão do escândalo político como luta social. É necessário lançar mão de uma visão performativa de linguagem, que a conceba simultaneamente como um *ato político*, que se dá na tensão das relações de poder, e *ético*, que envolve uma reflexão ou fundamentação das próprias práticas e uma postura para com o outro nas relações sociais, para termos condições de empreender reflexões mais sérias sobre o escândalo político. Como os discursos designam as partes envolvidas no evento? A que e a quem interessam certos modos de representação, e não outros? Quais as implicações sociais, políticas e jurídicas de determinadas formas de referência de ações e de acontecimentos?

Este artigo está interessado em investigar os mecanismos discursivos mobilizados na cobertura midiática do Escândalo do “Mensalão”, por meio da análise de dois dos discursos públicos constituintes do evento: a revista *Veja* e o jornal *Folha de São Paulo*. As amostras para análise compõem-se de reportagens e artigos publicados por *Veja* e pela *Folha de São Paulo*, relacionados ao escândalo em foco, datados de diferentes épocas: de um montante de 18 capas de *Veja*, entre 2005 e 2012, selecionamos as edições 1905, 1917 e 2024. Em relação à *Folha*, consideramos apenas os primeiros textos que denunciam o escândalo, entre maio e junho de 2005.

Com este trabalho, procuramos compreender e problematizar como, através desses discursos, as instituições e os sujeitos estão envolvidos no escândalo, de que forma estes participantes posicionam-se uns em relação aos outros no desenvolvimento dos episódios e quais as consequências, em termos éticos e políticos, dessas alianças e disputas para a vida social do país. Nossa pesquisa tem caráter interdisciplinar e orienta-se por três discussões teóricas.

Com base na *Teoria social do escândalo político*, arquitetada pelo sociólogo J. B. Thompson (1995, 2002, 2009), da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, elucidamos a perspectiva a partir da qual concebemos o escândalo político como evento midiático. O autor desenvolve uma análise séria e pioneira acerca do novo papel dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas, investigando o surgimento, a natureza e as especificidades do escândalo político (escândalos sexuais, financeiros e de poder) e elaborando uma explicação analítica do fenômeno, para delinear uma teoria que considere suas condições de existência e as consequências que dela resultam ou podem resultar.

Como a nossa pretensão é examinar, no escândalo, as formas de referência mobilizadas nos discursos jornalísticos que o constituem, a *Linguística Textual* surge-nos como um aparato teórico-metodológico bastante elucidativo para a análise que propomos fazer. Na discussão acerca da construção dos objetos a partir do modo como são referidos em textos, estudiosos como Koch (2009), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e Mondada e Dubois (1995) têm argumentado a favor da concepção de referência como uma atividade discursiva de (re)construção de objetos-de-discurso. Bem armados dos conceitos de escândalo político e de referência, lançamos mão, então, da *Teoria social do discurso*, encabeçada por N. Fairclough (1999, 2003, 2009), para refletirmos mais minuciosamente os textos considerados em termos de ética e de política.

Este artigo organiza-se em quatro seções. Inicialmente, apresentamos as reflexões sobre meios de comunicação, escândalo político e linguagem que nos ajudaram a desenvolver nossas análises e discussões. Depois, descrevemos os processos de coleta e de categorização de dados, a partir dos quais delineamos e discutimos os recortes investigativos. Logo a seguir, registrarmos o que nossa pesquisa pode evidenciar, e, na última seção, encerramos o que, aqui, podemos resumir num convite e ao mesmo tempo numa advertência: “é precisamente porque o signo é uma eterna arena de lutas, [...] que precisamos assumir a linguagem enquanto ato ético-político” (FERREIRA, 2007, p. 37).

1. O escândalo político como evento midiático: a luta social na esfera pública

Em obras como “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação” (1995, Vozes) e “O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia” (2002, Vozes) J. B. Thompson desenvolve uma análise séria e pioneira acerca do novo papel dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. O sociólogo investiga o surgimento do escândalo político, sua transformação em evento midiático e as especificidades do gênero (escândalos sexuais, financeiros e de poder), para elaborar uma explicação analítica do fenômeno e delinear uma Teoria social do escândalo que considere as condições de existência e as implicações sociais do fenômeno. Todo esse trabalho de investigação se justifica pelo fato de o autor:

acreditar que, além de todo o espalhamento, o escândalo é um fenômeno social importante que pode ter sérias consequências, tanto para as vidas e carreiras das pessoas nele implicadas, como para as instituições das quais essas pessoas fazem parte. E [...] a importância do escândalo tem suas raízes em um mundo onde a visibilidade foi transformada pela mídia e onde o poder e a reputação andam de mãos dadas. (THOMPSON, 2002, p. 23, supressão nossa.)

Compreendendo que o escândalo é importante porque “em nosso mundo midiático, ele afeta as fontes concretas do poder” (ibidem, p. 23), apresentamos, a seguir, cinco de suas principais características constitutivas. Primeiro, a ocorrência de um escândalo envolve a transgressão de certos valores, normas ou códigos. Situada entre uma pequena infração e um crime abominável, um “espaço intermediário na indecência” (CEASER, J.; HODDER-WILLIAMS, R. 1986, p. 175), esta transgressão depende de dois elementos: 1) a “sensibilidade ao escândalo” (THOMPSON, 2002, p. 41), entendida como um complexo que integra o contexto social e histórico, as condições morais e culturais de uma sociedade e a importância dos valores e leis infringidos para os sujeitos; e 2) o grau de visibilidade dos participantes do evento, que, em geral, motiva o interesse dos cidadãos em acompanhar a sequência dos episódios.

A segunda característica é a sua configuração à maneira de um “drama de ocultação e revelação” (ibidem, 2002, p. 45), em que se dá um jogo constante de acusações e omissões. Por um lado, os sujeitos engajados nestas atividades transgressoras procuram impedir que certas ações tornem-se públicas e comprometam, assim, sua reputação. Por outro lado, aqueles interessados na desmoralização de uma personagem política ou de uma instituição, no desvendamento do caso e/ou no lucro que todo o espetáculo pode gerar, procuram novos casos e delitos, infamando os discursos moralizantes.

O conhecimento público de uma ação ilícita, no entanto, não basta para torná-la escândalo, e aqui encontramos a terceira característica: é necessário que haja uma desaprovação por parte dos não-participantes. É preciso, pois, que as pessoas vejam estes acontecimentos como “moralmente vergonhosos” (ibidem, p. 46). Mais que isso, essa resposta da sociedade precisa ser expressa de alguma forma, por meio mesmo de conversas, movimentos sociais, debates, constituindo a quarta característica do escândalo.

Este é um bom exemplo do caráter performativo da linguagem, para fazer alusão a J. Austin (1990), pois a construção do evento escândalo dá-se, também, pelo boca a boca, pelas conversas entre amigos e pelas fofocas. Nessas interações cotidianas, as pessoas fazem mais que breves comentários: elas também estão construindo o evento de que falam. Thompson (2002) afirma ainda que as ações ilícitas de um escândalo, quando reveladas ao público, têm o enorme potencial de provocar a desmoralização daquele(s) que a cometeram ou daqueles que estão associados a elas indiretamente, e, assim, acentua a quinta característica do fenômeno:

Eu disse *podem* deliberadamente: o prejuízo ou perda de reputação não é uma característica necessária, nem uma consequência inevitável do escândalo (na verdade, há casos em que as reputações dos indivíduos foram apreciavelmente melhoradas). Mas o prejuízo ou perda de reputação é um risco que está sempre presente quando um escândalo surge e se desdobra. (THOMPSON, 2002, p. 49, grifo do autor).

É preciso ressaltar, aqui, que o enfoque sobre a reputação e o poder simbólico não revela uma visão reducionista do escândalo político ou um menosprezo do papel de outras questões, como a própria corrupção, mas uma tentativa de compreender a natureza e as consequências desse evento para além dos poderes políticos e econômicos, concebendo-o como uma luta em nome de um terceiro poder, o simbólico.

2. A Linguística Textual e a questão da referencialidade

Nosso principal pressuposto no que diz respeito à questão da referencialidade é o de que a referencialidade, como preferimos chamar, é uma atividade discursiva, conforme defendem autores como Koch (1999) e Mondada e Dubois (1995), ou, nas palavras de Ferreira (2007, p. 57), “um conjunto de escolhas linguísticas que um sujeito faz em função de um querer-dizer”:

Ela [a referencialidade] não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciantes. (MONDADA, 2001, p. 9)

Nessa perspectiva, a referencialidade envolve as operações efetuadas pelos sujeitos ao construir realidades à medida que o discurso progride. É importante, no entanto, deixar claro que esta tese, em seu caráter sociocognitivo-interacional, não pode ser confundida com a ideia de que não há, absolutamente, uma realidade extra-mente. O que se quer dizer com construção do real diz respeito ao modo como nós, sujeitos sociais situados historicamente, reelaboramos, condicionados por nossos sentidos, os

dados da realidade, e não à sua existência propriamente. Por isso, em vez de falarmos em objetos-do-mundo, os estados de coisas a que os discursos fazem referência, usamos, então, a expressão objetos-de-discurso, para deixar mais evidente esta concepção construtivista de língua/linguagem como modos complexos de interpretar e criar as realidades.

Em termos gerais, a classificação das expressões referenciais proposta por Koch (2009, p. 67) é a seguinte:

- a) Uso de pronomes;
- b) Uso de expressões nominais definidas;
- c) Uso de expressões nominais indefinidas;

Segundo a autora, a referência por meio do *uso de pronomes*, tradicionalmente descrita na literatura linguística como pronominalização de elementos contextuais, aparece na superfície do texto. A outra estratégia de referência, a que se dá por intermédio das *expressões nominais definidas*, é constituída de pelo menos um elemento definido e um nome:

- a) (Det. + Nome)

Ou de um elemento determinante acompanhado de um ou mais modificadores e um nome:

- b) (Det. + Modificador + Nome)

De modo que os determinantes podem ser assumidos por artigos definidos e demonstrativos, enquanto ocupam a função de modificadores elementos como adjetivos e orações relativas. Esta forma se bifurca ainda em dois tipos distintos: as *descrições definidas*, que operam a seleção das propriedades de um referente, a depender da relevância ou não delas quanto aos propósitos comunicativos em jogo, e as formas nominalizadas (ou nominalizações), que se remetem ao nome dado a um referente, à sua categorização.

Um importante aspecto evidenciado pela autora nas três estratégias de referenciação, e que, em nossa pesquisa, é fundamental para o debate que propomos acerca dos discursos analisados em termos de ética e de política, é

a ativação, dentre os conhecimentos pressupostos como compartilhados com o(s) interlocutor(es) (isto é, a partir de um background tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar. (KOCH, 2009, p. 69)

A escolha de determinadas formas de nos referirmos a uma ação, acontecimento ou sujeito afeta direta e perigosamente o empreendimento de certa representação que estamos querendo construir. Seguindo este raciocínio, se as operações de referenciação viabilizadas por expressões nominais constroem representações, e se estas representações são resultados de um querer-dizer, como mencionamos anteriormente, então a atividade da referenciação, envolve, inescapavelmente, motivações de ordem não apenas cognitiva, mas também sociais, políticas e éticas. É precisamente aqui em que reside a contribuição teórico-metodológica da Linguística Textual para a pesquisa que estamos desenvolvendo. Especificamente, analisamos os

discursos jornalísticos selecionados a partir destas três estratégias de referenciação propostas por Koch (2009).

3. As dimensões ética e política das palavras: uma breve introdução à Análise de Discurso Crítica (ADC)

Em que extensão uma análise linguística pode ser útil à problematização de escândalos políticos, em termos de democracia e de direitos?

Veremos, logo abaixo, que é preciso lançar mão de uma perspectiva do fenômeno linguístico como modo de agir no mundo e sobre os outros indivíduos para poder visualizar com mais cuidado o processo discursivo de criação e de legitimação de certas identidades sociais e ações no processo de representação de escândalos políticos. Somente a partir de uma visão performativa de linguagem, que a conceba simultaneamente como um ato *político*, pois se dá na tensão das relações de poder, e *ético*, uma vez que envolve uma reflexão ou fundamentação das próprias práticas e uma postura para com o outro nas relações humanas, que podemos analisar criticamente a representação do evento do escândalo político no discurso da mídia e suas implicações para a vida social.

Na área de estudos linguístico-discursivos, vamos nos apropriar da Análise de Discurso Crítica (ADC), especialmente da *Teoria social do discurso*, em que N. Fairclough, seu principal expoente, propõe uma visão crítica de linguagem (de discurso), no sentido de se estar preocupado com as tensões sociais que nela se materializam e que dela surgem. O linguista britânico elabora uma articulação bem engendrada entre conjuntura social e práticas discursivas, localizando o (inter)discurso como um elemento ou momento de práticas sociais que, ao mesmo tempo em que molda e constrange eventos na vida social, reproduz ou transforma estruturas sociais mais amplas.

Para esclarecer melhor esta compreensão de linguagem é preciso considerar a relação entre três conceitos-chave: estruturas, práticas e eventos sociais. Com a colaboração de alguns teóricos sociais do discurso, como Sayer (2000), na filosofia científica do Realismo Crítico (RC), Fairclough baseia-se no quadro de estratificação² da vida social elaborado por Bhaskar (1998) para desenvolver estes conceitos, a partir dos quais discute as mudanças discursiva e social.

Com isso, Fairclough (1999) mostra-nos que as estruturas sociais são entidades abstratas, que definem um determinado potencial ou um grupo de possibilidades de realizações em eventos sociais concretos. Dessa definição, decorre a compreensão de evento social como a materialização de possibilidades estruturais: são acontecimentos particulares, situados social e historicamente, e que envolvem certos sujeitos atuando uns sobre os outros e sobre o mundo em contextos específicos. Essa relação entre estruturas e eventos não é de simples determinação: trata-se de um campo de tensões em que estruturas e eventos sociais se cruzam e se determinam mutuamente (dialeticamente), sob a mediação das práticas sociais.

4. O Escândalo Político do “Mensalão”: uma reflexão sobre a construção discursivo-midiática dos atores sociais envolvidos no evento

²Bhaskar (1989) refere-se aos três estratos da realidade com as expressões *real*, *actual* e *empirical*. Em português, convencionaram-se as nomenclaturas *potencial*, *realizado* e *empírico*, correspondentes aos originais respectivamente.

Nesta seção, apresentamos a análise de parte de nossa amostra discursiva, empreendendo uma reflexão sobre três aspectos examinados, com base no exame das estratégias de referência articuladas nos textos:

- a) Os processos de referência dos participantes, das ações e das circunstâncias constituintes do escândalo;
- b) Os mecanismos de intertextualidade, em que vários discursos são articulados nas reportagens de ambos os veículos;
- c) Os tipos de relações sociais que os discursos jornalísticos focados mantêm com o discurso hegemônico nas esferas política e cultural (se o transgridem ou o reproduzem, por exemplo);

Primeiramente, o exame dos processos referenciais evidencia que o evento é construído pelos discursos investigados como uma guerra, a partir da representação dos acontecimentos constituintes do escândalo com o uso de expressões relacionadas ao campo léxico-gramatical bélico, conforme evidenciam as expressões nominais destacadas nos trechos abaixo, retirados das primeiras edições de Veja e da Folha que tratam do escândalo em foco:

- (1) Corruptos! Estamos perdendo a guerra contra essa praga. (VEJA, ed. 1906)
- (2) As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, detonaram a mais grave crise política dos últimos anos e jogaram uma espessa nuvem de fumaça sobre o futuro próximo. (VEJA, ed. 1909)

Em consonância com essa significação, o exame das expressões nominais em referência aos participantes mostra que os sujeitos envolvidos no episódio são representados como inimigos numa disputa: enquanto o ex-presidente Lula, o partido PT e sua base aliada e o Planalto Central são alocados no lado negativo, sob o referendo de expressões como “ratos”, “ladrões” e “lampeiros soltos”, o lado positivo é composto por instituições como o STF, a Polícia Federal e a própria imprensa, especialmente a grande mídia, como defensores da democracia e da justiça. Vejamos:

- (3) Diga-me com quem anda... que direi quem você é, a menos que faça de público a diferença. Em vez disso, Lula se solidariza com o PTB e Roberto Jefferson, assustado e atônito, mobiliza o governo para impedir a criação da CPI dos Correios. (VEJA, ed. 1906).
- (4) É uma pena. A investigação parlamentar, se sair, dará uma dupla contribuição ao país e ao Planalto: poderá revelar a extensão das falcatruas na máquina pública e ajudar a expulsar as más companhias do governo. (idem)
- (5) Todos eles [os presidentes da Contag, Manoel José dos Santos, e da CUT, Luiz Marinho, e o ministro Miguel Rosseto] de ataque à oposição, de desqualificação das denúncias contra o governo e de elogios à figura do presidente Lula. (FOLHA, 22 jun. 2005, p. 2, acréscimos nossos.)

Reforçando isso, o exame das circunstâncias revela que os participantes do lado ilegítimo da luta encontram-se em situações de desespero, de frustração e de decadência, conforme os adjetivos sublinhados nos trechos que seguem:

- (6) A reportagem de VEJA mostrando que o PTB do deputado Roberto Jefferson organizou uma rede de corrupção nos Correios deixou o Palácio do Planalto atônito. (VEJA, e d. 1906)
- (7) Em seus quase trinta meses de vida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva nunca esteve tão acuado. (idem)
- (8) Esta gente está desesperada. Confunde investigação com denúncia. (FOLHA, 22 jun. 2005, p. 2)

Com relação à operacionalização da intertextualidade, a investigação aponta para, pelo menos, três importantes questões. Primeiro, a mistura de discursos legitima as representações empreendidas pelos veículos. Por exemplo, as críticas feitas ao sistema político vigente são gabaritadas por pesquisas e estatísticas produzidas por vozes de instituições como a Fundação Getúlio Vargas, o Banco Mundial e a Polícia Federal. Segundo, a presença de diferentes discursos enfatiza o antagonismo entre os participantes, construído desde as primeiras reportagens sobre o caso, ao comparar depoimentos, declarações e acusações entre os políticos engajados nas atividades de corrupção e entre estes e os de policiais e autoridades que investigam o caso, como indicam os modificadores destacados no trecho (7) e nomes sublinhados no excerto (10).

E, terceiro, as diversas vozes apresentadas, em discursos diretos, indiretos e indiretos livres, indicam que, neste jogo que é o escândalo político, as instituições e os sujeitos envolvidos procuram não apenas informar, mas ratificar sua credibilidade, legitimidade e competência, através do discurso público como modo eficaz de convencimento junto à sociedade, como indica o oração relativa no trecho (8). Leiamos mais das reportagens:

- (9) Ao contrário da versão que os petistas tentaram montar – a de que os recursos repassados por Marcos Valério eram oriundos de empréstimos que tinham o objetivo de sustentar as campanhas municipais –, as investigações demonstram que o dinheiro, além de bancar parte da própria campanha de Lula, era um grande e multifuncional caixa do PT administrado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares. (Veja ed. 1917).
- (10) De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação, uma campanha para desmoralizar o governo e o presidente Lula”, diz o texto [Carta ao Povo Brasileiro] que leva a assinatura de 42 entidades. (FOLHA, 22 jun. 2005, p. 5)
- (11) Do alto de seus 200 anos de história, o STF informou ao país que os corruptores do mensalão podem ter sido tolerados pela Câmara dos Deputados, pela direção de seus partidos e até pelas urnas de outubro, mas não o serão pela mais alta corte da Justiça brasileira. (VEJA, ed. 2024, p. 55)

E, terceiro, observamos que os discursos analisados tanto mantêm uma relação de reprodução com algumas ordens hegemônicas nas esferas da cultura e da política do país, quanto contraem com outras ordens um caráter transgressor. Ambos os discursos reproduzem o tradicional antagonismo imprensa x governo, ao reivindicarem para a mídia os papéis também tradicionais de vigilantes, de porta-vozes da verdade e de defensores da democracia e da liberdade, dois princípios que podem ser ameaçados pelos governos e partidos.

Outro antagonismo histórico sustentado é a oposição entre partidos e posturas políticas de esquerda e de direita, mais especificamente entre o PT e a oposição composta pelo PSDB e seus respectivos aliados. O governo petista é representado como comunista e autoritário, enquanto a oposição esquerda como democrática e liberal. Por outro lado, os discursos examinados transgridem a conjuntura vigente e revelam um esforço, por parte destes veículos de mídia, em direção à promoção de mudanças reais no cenário político do Brasil, por exemplo a partir de propostas de alterações na Constituição Federal (1988), como a redução do número exagerado de cargos de confiança do Poder Público, hoje de 25.000, e de sugestões de maior participação política da sociedade.

5. Discutindo os resultados: pensando o Escândalo do “Mensalão” a partir de uma visão de linguagem como prática social

O evento do Escândalo do “Mensalão” tornou-se, com o tempo, uma das construções mais significativas para o estabelecimento de fronteiras legitimadoras entre a política e a mídia e entre a democracia e o autoritarismo no Brasil. No primeiro caso de oposição, vemos que não é mais possível pensar o sistema político sem considerar sua relação inevitável com os meios de comunicação. Como fazer política sem as projeções de imagens que a imprensa viabiliza, sem o *marketing* das realizações do governo, sem a probabilidade dos censos de opiniões, sem o alcance geográfico e social dos veículos de mídia? Através da apropriação de escândalos políticos, conforme mostra nossa pesquisa, a mídia brasileira tem sustentado seu *establishment* social, histórico e econômico, reivindicado sua identidade como fiscalizadora imparcial do Governo e reafirmado cada vez mais seu papel central na vida social do país.

Há, portanto, uma tensão entre o domínio da política atual no Brasil e o domínio da grande mídia que vai além de uma visão unilateral desta relação. E, precisamente nesse ponto, encontramos a segunda oposição, aquela entre democracia e autoritarismo. A transparência e a visibilidade são, *a priori*, tarefas importantes que a política democrática deve cumprir. Ocorre que boa parte dos acontecimentos e acordos políticos dá-se por trás do palco, longe dos olhos do público. Estas informalidades, que fazem parte da vida política de qualquer país, independentemente do sistema de governo implementado, têm, nas democracias modernas, sua privacidade ameaçada pela atuação da imprensa como agente social comprometido com os princípios democráticos de justiça, respeito e liberdade. E, mesmo nos casos (porque há casos como esses) em que ela pode agir por motivação política parcial, a imprensa, fazendo oposição política ao governo vigente, também contribui para a desmitificação de líderes e políticos, ao denunciar suas falhas, delitos ou crimes.

Em síntese, esse trabalho de construção do Escândalo do “Mensalão”, tanto nos discursos oficiais quanto nos jornalísticos, em termos do que o filósofo Austin (1976)

entende por performatividade da linguagem, configura uma cadeia de atos de fala públicos que, com o tempo, passaram a projetar, senão definir, significações do que sejam o jornalismo, a política e seus governantes, a justiça, as instituições governamentais e a democracia no Brasil.

Os esforços de tornar cada vez mais legítimas e comuns certas identidades sociais advêm de diferentes setores da sociedade, com seus interesses e objetivos particulares, de modo que acabam divergindo entre si e, assim, travando uma disputa política, ideológica e econômica. Temos, então, um trabalho de (re)fundação de significados, identidades e direitos, em que os participantes envolvidos no escândalo criam alteridades uns dos outros, instauram identidades e representações na sociedade e, a partir disso, legitimam as ações empreendidas contra o “outro” na luta.

Conclusão

Vimos que o escândalo político configura mesmo uma “luta social” (THOMPSON, 2002), na qual diversos segmentos da sociedade e as próprias instituições midiáticas que o informam atuam como agentes ativos. Trata-se, portanto, de um fenômeno social importante para pensar a democracia, porque “em nosso mundo midiático, ele afeta as fontes concretas do poder” (ibidem, p. 23), porque torna menos opaca a tênue linha que separa poder e mídia, deixando mais visível o *modus operandi* do sistema político de um país.

Podemos ver o escândalo político de diferentes formas, é certo. Não queremos, com pesquisas como essa, levantar a bandeira da melhor interpretação possível de um escândalo. Há quem o entenda como apenas um meio lucrativo de vender espalhafatos, como especulações de jornalistas sectários, como trunfos de campanhas eleitorais ou mesmo como casos banais de degradação do poder público. E estes sentidos têm suas razões. Mas se quisermos compreender melhor a organização e a estrutura sociopolítica do Brasil, e se estivermos não apenas curiosos, mas preocupados com os tipos de relações desiguais, discriminatórias e violentas que caracterizam parte das práticas políticas em nosso país, é preciso considerar o escândalo político seriamente.

Isso exige o esforço de, primeiro, compreender a atividade dos meios de informação no desenvolvimento de escândalos políticos. Concebê-los como eventos midiáticos implica entender que os escândalos são construídos à medida que são noticiados pela imprensa. Precisamos pensar o escândalo para além das ações que o originaram, observando as formas particulares como ele é significado pelas instâncias midiáticas. Nesse sentido, somente a partir de uma visão performativa e político-ideológica de linguagem (FERREIRA, 2007), que a conceba simultaneamente como um *ato político*, pois se dá na tensão das relações de poder, e *ético*, uma vez que envolve uma fundamentação das próprias práticas e uma postura para com o outro nas relações humanas, que podemos analisar criticamente a representação do escândalo político e suas implicações para a vida social.

Gostaríamos de encerrar este artigo ressaltando a importância dos estudos da linguagem para a compreensão de questões sociais. Os problemas da sociedade contemporânea são, aos nossos olhos, em alguma medida, também discursivos. E é por isso que se faz tão urgente e necessário entender o fenômeno linguístico como uma forma de agir no mundo, uma vez que esse caráter, que o torna perigoso, potencializando-o da capacidade de gerar discriminações e violências, também o faz tão poderoso quanto nas lutas contra estas mesmas relações de opressão e de exclusão.

Referências bibliográficas

- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la reference et strategies. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995.
- BHASKAR, Roy. Philosophy and scientific realism. In: M. Archer et al. (Orgs.), *Critical Realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).
- CABRAL, Otávio. A busca da hegemonia. *Revista Veja*, São Paulo, 1 set. 2010. Seção Brasil, p. 61.
- CHOULIARAKI, Lilie.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in Late Modernity*. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- _____. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FERREIRA, Ruberval. *Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo*. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso: 15 jun. 2012.
- HODDGER-WILLIAMS, Richard.; CEASER, James. *Politics in Britain and the United States: comparative perspectives*. Durham, NC: Duke University Press, 1986.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Constructions des objets Du discours et categorization: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995.
- KOCH, Ingedore. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. Coleção Linguagem.
- _____. A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional. In: BARROS, K. S. M.. (org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: EDUFURN, 1999.
- ONU. *Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS)*, 2003. Disponível em: <www.itu.int/wsis/index-es.html>.
- REVISTA VEJA. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/>>. Acesso: 10 abr. 2012.
- SAYER, Andrew. *Realism and social science*. London: Sage, 2000.
- THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Ed.11. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão.
- _____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002. (Tradução de Pedrinho A. Guareschi).
- _____. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.